CONTAS DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Abril de 2018
INTRODUÇÃO

A Universidade dos Açores (UAc) é um instituto público com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da lei e dos Estatutos da Universidade dos Açores.

A contabilidade da UAc, até ao exercício económico de 2003, foi prestada unicamente com base num sistema de registo orçamental unigráfico, sendo que a prestação de contas foi elaborada de acordo com as Instruções do Tribunal de Contas, constantes do Diário da República n.º 261, I.ª Série, de 13 de Novembro de 1985.


Assim, as presentes demonstrações financeiras reportam ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

As notas que a seguir se apresentam visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na Instrução n.º 1/2004 — 2.ª Secção, publicadas no DR N.º 38, II Série, de 14 de Fevereiro. As notas que se seguem respeitam o número de ordem definido no POC-Educación, no entanto, aquelas em que se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão apresentadas. Os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – Caracterização da entidade

8.1.1 – Identificação (designação, endereço, tutela, regime financeiro e outros elementos de identificação)

Contribuinte: 512017050
Designação: UAc – Universidade dos Açores
Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9500-321 Ponta Delgada
Classificação orgânica: 111050200 - Funcionamento
                                 118050200 - Plano
Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Regime financeiro: Autonomia administrativa, financeira e patrimonial

8.1.2 – Legislação

Constituição e Orgânica: A UAc fundada em 09 de janeiro de 1976, é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar (Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho), dedicada à produção e a transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A governação da Universidade é efetuada pelos órgãos de governo (o Conselho Geral, o Reitor e o Conselho de Gestão).

Funcionamento: A Universidade rege-se pelo disposto nos Estatutos (Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho) e na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES).

8.1.3 – Estrutura organizacional efetiva

São órgãos de governo da Universidade:
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Universidade:

Subsistema universitário
   Conselho Científico
   Conselho Pedagógico

Subsistema politécnico
   Conselho Técnico-Científico
   Conselho Pedagógico

É órgão de consulta do reitor o Conselho de Estratégia e Avaliação.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Conselho de Gestão era constituído do seguinte modo:

- Reitor (Presidente): João Luís Roque Baptista Gaspar
- Vice-Reitor: Maria da Graça Câmara Batista
- Administradora: Margarida Maria Pinto Queirós de Ataide Almeida Santana

8.1.4 — Descrição sumária das atividades

A Universidade dos Açores tem por missão a criação de conhecimento científico, cultural e artístico, a formação de nível superior fortemente ancorada na investigação, a valorização social e económica do conhecimento e a participação ativa no progresso das comunidades em que se insere.

A Universidade dos Açores prossegue, entre outros fins, os seguintes:

- A formação no sentido global - cultural, científica, técnica, cívica e ética - no quadro de processos diversificados de ensino e aprendizagem, visando o desenvolvimento de capacidades e competências específicas e transferíveis e a difusão do conhecimento;

- A realização de investigação científica e a criação cultural, envolvendo a descoberta, aquisição e desenvolvimento de saberes e práticas, de nível avançado;
A valorização social do conhecimento e a sua transferência para os agentes económicos e sociais, como motor de inovação e mudança;

O incentivo ao espírito observador, à análise objetiva, ao juízo crítico e a uma atitude de problematização e avaliação da atividade científica, cultural, artística e social;

A conservação e divulgação do património científico e cultural para utilização criativa dos especialistas e do público em geral;

A cooperação com as diversas instituições, grupos e outros agentes numa perspetiva de valorização recíproca, nomeadamente através da investigação aplicada e da prestação de serviços à comunidade;

O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições nacionais e estrangeiras;

A Universidade dos Açores concede graus de licenciado, mestre e doutor e o título de agregado, bem como outros certificados e diplomas no âmbito da sua atuação. Concede ainda, equivalência e reconhecimento de graus e habilitações académicas, nos termos da lei. A Universidade dos Açores concede o título honorífico de doutor honoris causa, nos termos definidos na lei e nos estatutos.

No âmbito das suas atividades, a Universidade dos Açores pode realizar ações comuns com outras entidades, públicas, privadas ou cooperativas, nacionais ou estrangeiras.

A Universidade dos Açores pode criar ou participar em associações ou sociedades, com ou sem fins lucrativos, desde que as suas atividades sejam compatíveis com a sua missão.
8.1.5 – Recursos Humanos

A Universidade dos Açores tem a estrutura de pessoal que abaixo se apresenta, por carreira, tipo de vínculo e por sexo.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total Efetivos</td>
<td>M</td>
<td>125</td>
<td>7</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>24</td>
<td>21</td>
<td>1</td>
<td>192</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F</td>
<td>126</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>18</td>
<td>71</td>
<td>24</td>
<td>0</td>
<td>253</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>251</td>
<td>11</td>
<td>9</td>
<td>10</td>
<td>23</td>
<td>95</td>
<td>45</td>
<td>1</td>
<td>445</td>
</tr>
<tr>
<td>CTFP-Tempo indeterminado</td>
<td>M</td>
<td>100</td>
<td>7</td>
<td>0</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>24</td>
<td>21</td>
<td>1</td>
<td>163</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F</td>
<td>98</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>5</td>
<td>18</td>
<td>71</td>
<td>24</td>
<td>0</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>198</td>
<td>11</td>
<td>0</td>
<td>10</td>
<td>23</td>
<td>95</td>
<td>45</td>
<td>1</td>
<td>383</td>
</tr>
<tr>
<td>CTFP-termo resolutivo certo</td>
<td>M</td>
<td>24</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F</td>
<td>28</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>52</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>52</td>
</tr>
<tr>
<td>CTFP-termo resolutivo incerto</td>
<td>M</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão serviço</td>
<td>M</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>ámbito LCTFP</td>
<td>F</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>5</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>9</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Avenças</td>
<td>M</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>M</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>T</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

8.1.6 – Organização contabilística

1. Existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado, tendo-se definido um conjunto de procedimentos, critérios e regras que garante a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.

2. Os livros de registo utilizados são o Diário, Razão e Balancetes do Razão, Inventário das Imobilizações, Inventário das Existências e Balanços.

3. Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- **Despesas** – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização da despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente), autorização de pagamento, documento
comprovativo do pagamento (fotocópia do cheque e folhas de transferências bancárias) e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por proposta de despesa.

- **Receitas** – Arquivados os processos de receita por documento emitido, nos quais consta o documento comprovativo (fatura ou documento equivalente) de vendas e prestação de serviços e respectivos recibos produzidos pelo sistema informático de faturação. Estes documentos são arquivados diariamente. Além disso estão arquivadas por número de documento as faturas e os recibos relativos às cobranças.

- **Outras operações** – As requisições de fundos de transferências do OE e do PIDDAC estão arquivadas por número de documento. Além disso, existe um arquivo para as guias de entrega de descontos e retenções e demais de documentos de suporte.

4. O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução Orçamental são executadas. Este automatismo é conseguido graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e os códigos de contas previstos no plano de contas da UAc.

5. Relativamente às Demonstrações financeiras intercalares, a UAc elabora demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão.


**8.1.6 – Outra informação considerada relevante**

Revisão dos registos contabilísticos
Ao longo do exercício são executados procedimentos de conferência com o objetivo de garantir que a informação orçamental, econômica e financeira apresentada se encontra isenta de erros ou omissões materialmente relevantes.

A informação gerada pela contabilidade orçamental é validada pelo cruzamento com os outputs extraídos da contabilidade patrimonial.

As demonstrações financeiras são auditadas por Revisor Oficial de Contas, que efetua, ao longo do exercício, um acompanhamento permanente do processo de prestação de contas, bem como a revisão anual.

Reconciliações bancárias

As reconciliações bancárias são preparadas pelos serviços financeiros da UAc de acordo com o previsto no manual de procedimentos. Sempre que se verificam diferenças, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas. Todas as contas bancárias estão devidamente integradas na contabilidade com suporte pelo sistema de informação, sendo a totalidade dos movimentos efetuados nestas contas bancárias integrados na contabilidade.

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Introdução

Nas notas ao balanço e à demonstração dos resultados, que apresentamos, damos conta das informações relevantes para melhor compreensão das demonstrações financeiras. No entanto, aquelas em que se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão apresentadas.

8.2.1 – Bases de apresentação

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC-Educação). Os números não indicados neste anexo não são aplicáveis ou não são relevantes.
8.2.3 – Critérios valorimétricos

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, pelo regime duodecimal atendendo à data de início de disponibilidade do bem para utilização, com uma vida útil atribuída em função da classificação do bem de acordo com o previsto no classificador geral (Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril). De acordo com este normativo, os bens de imobilizado, cuja vida útil é inferior a um ano ou que o seu valor de aquisição é inferior a 80% do índice 100 da tabela de remunerações da Administração Pública, são totalmente depreciados no próprio ano.

Os investimentos financeiros apresentados no balanço estão mensurados ao respetivo custo de aquisição.

As receitas com origem no Orçamento de Estado são reconhecidas como proveito do exercício (Transferências correntes obtidas) no momento da sua entrada, por débito da conta do ativo Depósitos em instituições financeiras - Conta no Tesouro.

As dívidas a receber de clientes correspondem aos valores das faturas emitidas relativamente vendas e prestações de serviços e o proveito é reconhecido no momento da emissão das mesmas.

No âmbito de projetos institucionais e de projetos de investigação, com origem na União Europeia, na Fundação para a Ciência e Tecnologia e outros organismos públicos e privados, os subsídios são reconhecidos como proveitos de acordo com o princípio da especialização.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no balanço, na rubrica de “Proveitos Diferidos”, tendo transferidos para proveitos através da rubrica de “Ganhos Extraordinários”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

Sempre que a UAc atua como entidade líder em projetos de Investigação e Desenvolvimento em parceria com outras Instituições, é de sua responsabilidade o pagamento a essas mesmas Instituições, dos subsídios atribuídos pelas entidades financiadoras, na quota-parte que estas têm no projeto. Em todas as circunstâncias em que a UAc atua como entidade responsável pelo pagamento a terceiros de subsídios recebidos de outras entidades, essas operações de pura intermediação, apenas têm reflexo em contas de
balanço e em termos orçamentais em operações extraorçamentais a reconhecer no classificador econômico da receita 17.02.00 «Operações extraorçamentais» e de despesa 12.02.00 «outras operações de tesouraria», que inclui os montantes provenientes de fundos alheios que deverão constituir posteriormente fluxos de entrega às entidades a quem respeitam.

Em geral, os custos diferidos, acréscimos de custos e proveitos diferidos são reconhecidos de acordo com o princípio de especialização dos exercícios no momento em que são obtidos ou incorridos independentemente do momento em que o recebimento ou pagamento ocorre, bem como transferidos para os exercícios em que devem ser reconhecidos.

Os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas amortizações, ocorreram conforme os mapas abaixo apresentados:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ativo Imobilizado</th>
<th>2017</th>
<th>Rubricas</th>
<th>Saldo Inicial</th>
<th>Aumentos</th>
<th>Ajustamentos</th>
<th>Regularizações /Abates</th>
<th>Saldo Final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Imobilizações corpóreas:</td>
<td></td>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>8 279 834</td>
<td>0</td>
<td>8 279 834</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>29 522 894</td>
<td>0</td>
<td>5 610 598</td>
<td>3 441</td>
<td>36 130 011</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Equipamento e material básico</td>
<td>18 152 897</td>
<td>30 091</td>
<td>0</td>
<td>22 443</td>
<td>18 200 544</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>43 657</td>
<td>0</td>
<td>435 792</td>
<td>15 790</td>
<td>463 699</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ferramentas e utensílios</td>
<td>1 216 698</td>
<td>12 065</td>
<td>0</td>
<td>460</td>
<td>1 228 323</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>12 008 069</td>
<td>15 329</td>
<td>0</td>
<td>120 843</td>
<td>11 902 545</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Outras imobilizações corpóreas</td>
<td>1 326 587</td>
<td>3 766</td>
<td>0</td>
<td>2 683</td>
<td>1 327 670</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Total</td>
<td>62 310 772</td>
<td>61 271</td>
<td>14 326 213</td>
<td>165 659</td>
<td>76 532 597</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros:</td>
<td></td>
<td>Partes de capital</td>
<td>935 911</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>935 911</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Total</td>
<td>935 911</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>935 911</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)
A UAe procedeu em 2017 à identificação de todos os imóveis, bem como à sua valorização, tendo-se adotado como critério, para os edifícios sitos no Campus de Ponta Delgada, o valor patrimonial atribuído pela Autoridade Tributária, e o valor de custo para os edifícios sitos nos Campi de Angra do Heroísmo e da Horta (imóveis não registados ainda nas respetivas conservatória prediais). Adicionalmente, procedeu-se ao registo patrimonial de todas as viaturas e a conciliação do inventário patrimonial com os registos contabilísticos em 1 de janeiro de 2017.

Os ajustamentos derivados deste levantamento patrimonial perfazem o montante líquido de 14 765 860€ que foram reconhecidos em resultados transitados (6 486 026€) e na rubrica de Doações (8 279 834€), valor que corresponde ao atribuído aos terrenos do Campi de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

De modo a refletir a depreciação do património imobiliário, regularizado conforme anteriormente referido, considerou-se a taxa de amortização de 2% para os imóveis mais antigos e de 1,25% para os imóveis mais recentes.

8.2.16 – Entidades participadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor nominal das participações financeiras, liquidadas das provisões, é assim representado:
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, este saldo está evidenciado em:

**Investimentos financeiros**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Partes de capital</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Do grupo</td>
<td>748 697</td>
<td>748 697</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>142 214</td>
<td>146 919</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Totais</strong></td>
<td><strong>890 911</strong></td>
<td><strong>895 615</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

Em face da não recuperabilidade da participação financeira, foi reforçada a provisão para investimentos financeiros em 2017 no montante de 4 705€. O movimento desta rubrica resume-se como segue:

**Ano de 2017**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Saldo inicial</th>
<th>Reforço do ano</th>
<th>Saldo Final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Observatório Regional do Turismo</td>
<td>20 000</td>
<td>0</td>
<td>20 000</td>
</tr>
<tr>
<td>Azores Parque</td>
<td>20 295</td>
<td>4 705</td>
<td>25 000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Totais</strong></td>
<td><strong>40 295</strong></td>
<td><strong>4 705</strong></td>
<td><strong>45 000</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

**Ano de 2016**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Saldo inicial</th>
<th>Reforço do ano</th>
<th>Saldo Final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Observatório Regional do Turismo</td>
<td>20 000</td>
<td>0</td>
<td>20 000</td>
</tr>
<tr>
<td>Azores Parque</td>
<td>8 168</td>
<td>12 127</td>
<td>20 295</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Totais</strong></td>
<td><strong>28 168</strong></td>
<td><strong>12 127</strong></td>
<td><strong>40 295</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

Importa referir que à data do fecho das contas da Universidade dos Açores apenas era conhecido o resultado da Azores Parque, entidade não consolidada no grupo UAc.
8.2.19 – Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o ativo circulante.

8.2.23 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de dezembro existiam incluídas no balanço as seguintes dívidas de cobrança duvidosa:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>31/12/2016</th>
<th>Redução</th>
<th>Aumento</th>
<th>31/12/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td>104 111</td>
<td>13 116</td>
<td>0</td>
<td>90 996</td>
</tr>
<tr>
<td>Alunos</td>
<td>288 971</td>
<td>126 424</td>
<td>17 526</td>
<td>180 072</td>
</tr>
<tr>
<td>Totais</td>
<td>393 082</td>
<td>139 540</td>
<td>17 526</td>
<td>271 068</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

A variação negativa de clientes, resulta da cobrança a clientes que constituíam cobrança duvidosa.

Em relação a alunos, descreve-se no quadro abaixo, a dívida provisionada, a 31 de dezembro de 2017, por ano letivo e comparativo face aos anos precedentes. Importa referir que se encontram em processo de cobrança de execução fiscal todos os anos letivos indicados.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ano letivo</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
<th>2015</th>
<th>2014</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Dívida 15/16</td>
<td>17 526</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 14/15</td>
<td>16 285</td>
<td>46 615</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 13/14</td>
<td>15 984</td>
<td>26 143</td>
<td>77 012</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 12/13</td>
<td>21 751</td>
<td>27 375</td>
<td>49 002</td>
<td>104 571</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 11/12</td>
<td>37 731</td>
<td>78 338</td>
<td>150 868</td>
<td>265 343</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 10/11</td>
<td>25 244</td>
<td>39 417</td>
<td>141 469</td>
<td>165 093</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 09/10</td>
<td>15 049</td>
<td>30 737</td>
<td>114 635</td>
<td>142 173</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 08/09</td>
<td>16 841</td>
<td>22 160</td>
<td>45 329</td>
<td>116 667</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 07/08</td>
<td>7 526</td>
<td>9 368</td>
<td>67 771</td>
<td>125 729</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida 06/07</td>
<td>5 135</td>
<td>8 819</td>
<td>21 737</td>
<td>62 161</td>
</tr>
<tr>
<td>Totais</td>
<td>180 072</td>
<td>288 971</td>
<td>667 824</td>
<td>981 737</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)
No seguimento das alterações, que a Autoridade Tributária, tem vindo a efetuar, a instauração dos processos executivos tendo em vista a cobrança de dívidas de propinas, por norma, efetuada pelos Serviços de Finanças (SF), passou a ser efetuado através da Universidade dos Açores.

Assim, desde fevereiro de 2017 que a UAc procede à pré-inserção dos elementos constantes na certidão de dívida através do portal das finanças, sendo estes elementos posteriormente validados pelo órgão de execução fiscal.

8.2.24 — Dívidas Ativas e Passivas com pessoal

A 31 de dezembro de 2017 a UAc apresentava como saldo relacionado com pessoal:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pessoal</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Saldos devedores</td>
<td>938</td>
<td>8 378</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldos credores</td>
<td>0</td>
<td>-824</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Totais</strong></td>
<td><strong>938</strong></td>
<td><strong>7 553</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

Os saldos que transitaram de anos anteriores e que não representam quaisquer exigibilidades foram regularizados por contrapartida dos resultados transitados.

8.2.26 — Dívidas a Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem dívidas em situação de mora com o Estado e outros Entes Públicos. Os saldos com estas entidades são os que se apresentam no quadro seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ativo</td>
<td>Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Retenção de Impostos sobre Rendimento</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto s/valor Acréscimo - IVA</td>
<td>0</td>
<td>2 394</td>
</tr>
<tr>
<td>ADSE</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa Geral de Aposentações</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Totais</strong></td>
<td><strong>0</strong></td>
<td><strong>2 394</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)
Os saldos que transitavam do ano anterior (com exceção do IVA) foram considerados como não exigíveis e regularizados por contrapartida de resultados transitados.

8.2.31 — Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código de conta</th>
<th>Descrição</th>
<th>2017</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Saldo Inicial</td>
<td>Aumento</td>
<td>Redução</td>
<td>Saldo Final</td>
</tr>
<tr>
<td>291</td>
<td>Provisões para cobranças duvidosas:</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Clientes</td>
<td>104 111</td>
<td>0</td>
<td>13 116</td>
<td>90 995</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alunos</td>
<td>288 971</td>
<td>17 526</td>
<td>126 424</td>
<td>180 072</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>393 082</td>
<td>17 526</td>
<td>139 540</td>
<td>271 068</td>
</tr>
<tr>
<td>292</td>
<td>Provisão para riscos e encargos</td>
<td>1 102 255</td>
<td>303 230</td>
<td>114 000</td>
<td>1 291 486</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1 495 337</td>
<td>320 756</td>
<td>253 540</td>
<td>1 562 553</td>
</tr>
<tr>
<td>491</td>
<td>Partes de capital</td>
<td>40 285</td>
<td>4 705</td>
<td>0</td>
<td>45 000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Totais</td>
<td>1 535 632</td>
<td>325 461</td>
<td>253 540</td>
<td>1 607 553</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código de conta</th>
<th>Descrição</th>
<th>2016</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Saldo Inicial</td>
<td>Aumento</td>
<td>Redução</td>
<td>Saldo Final</td>
</tr>
<tr>
<td>291</td>
<td>Provisões para cobranças duvidosas:</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Clientes</td>
<td>91 143</td>
<td>12 968</td>
<td>0</td>
<td>104 111</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alunos</td>
<td>667 824</td>
<td>0</td>
<td>378 853</td>
<td>288 971</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>758 967</td>
<td>12 968</td>
<td>378 853</td>
<td>393 082</td>
</tr>
<tr>
<td>292</td>
<td>Provisão para riscos e encargos</td>
<td>1 310 391</td>
<td>0</td>
<td>206 136</td>
<td>1 102 255</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2 069 358</td>
<td>12 968</td>
<td>586 989</td>
<td>1 495 337</td>
</tr>
<tr>
<td>491</td>
<td>Partes de capital</td>
<td>28 168</td>
<td>12 127</td>
<td>0</td>
<td>40 295</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Totais</td>
<td>2 097 526</td>
<td>25 095</td>
<td>586 989</td>
<td>1 535 633</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15 – 20
O montante de 320 756€ é refletido em resultados nas rubricas Provisões do exercício (no valor de 110 756€) e em Aumentos de amortizações e provisões (no valor de 210 000€).

A constituição de provisões para cobrança duvidosa foi efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. Assim, as provisões constituidas respeitam apenas a situações a que estão associados riscos, não se tratando de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades. Foram constituídas provisões para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existiam diligências para o seu recebimento. O detalhe dos movimentos da conta 291 encontra-se no ponto 8.2.23.

Relativamente à conta 292, o saldo é constituído essencialmente da revisão global dos processos em contencioso e verificou-se a necessidade de se proceder a uma redução nalguns casos e o reforço noutros. Destaca-se o acréscimo financeiro resultante do reposicionamento remuneratório dos docentes da UAe, por via da avaliação e que se traduz no montante de 782 891€.

8.2.32 — Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 — Fundo patrimonial, constantes no balanço

A variação ocorrida na classe 5, deu-se através da aplicação do Resultado Líquido de 2016 em resultados transitados, bem como da regularização do património imobiliário, designadamente em Doações, no que respeita a terrenos, e em Resultados Transitados, no que respeita a edifícios, esta última resultante do desconhecimento dos valores anteriores contabilizados e registo de acordo com os novos valores, bem como da regularização dos respetivos subsídios ao investimento. Foi desconhecido ainda o montante de 8 700 000€ da rubrica Património, como regularização de imóveis efetuadas em anos anteriores, por forma a manter a coerência de critérios na regularização dos imóveis.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>Saldo Inicial</th>
<th>Aumentos</th>
<th>Ajustamentos</th>
<th>Reduções</th>
<th>Saldo final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Património</td>
<td>15 601 377</td>
<td>0</td>
<td>-8 700 000</td>
<td>0</td>
<td>6 901 377</td>
</tr>
<tr>
<td>Doações</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>8 279 834</td>
<td>0</td>
<td>8 279 834</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados Transitados</td>
<td>-7 582 375</td>
<td>990 606</td>
<td>744 223</td>
<td>0</td>
<td>-5 847 547</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8 019 002</td>
<td>990 606</td>
<td>324 056</td>
<td>0</td>
<td>9 333 664</td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                            |               |          |              |          |
|                            | Resultado líquido: |          |              |          |
| Exercício de 2016         | 990 606       | 0        | 0            | 990 606  |
| Exercício de 2017         | 0             | 227 824  | 0            | 227 824  |
|                            | 990 606       | 227 824  | 0            | 990 606  |

|                            | 1 218 430     | 324 056  | 990 606      | 9 561 458 |

(Montantes em EUR)
Conforme já mencionado neste anexo efetuou-se também no presente período a diversas regularizações e acertos de saldos devedores e credores que eram mantidos no balanço e não existia qualquer reconhecimento de obrigação, respetivamente, de pagamento e de recebimento.

O montante de 744.223 euros resulta de:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Regularizações</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Correções patrimoniais</td>
<td>-16 603 932</td>
</tr>
<tr>
<td>Correções de saldos devedores e credores</td>
<td>-385 918</td>
</tr>
<tr>
<td>Correções em subsídios ao investimento</td>
<td>16 245 627</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>-744 223</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

8.2.37 – Resultados Financeiros

Os resultados financeiros tiveram a decomposição que se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código das contas</th>
<th>Rubrica</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>681</td>
<td>Juros suportados</td>
<td>12 768</td>
<td>28 970</td>
</tr>
<tr>
<td>684</td>
<td>Provisões aplicações financeiras</td>
<td>4 705</td>
<td>12 127</td>
</tr>
<tr>
<td>685</td>
<td>Diferenças de câmbio desfavoráveis</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>688</td>
<td>Outros custos e perdas financeiros</td>
<td>31 728</td>
<td>30 107</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Resultados financeiros</td>
<td>-1 844</td>
<td>5 525</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>47 357</strong></td>
<td><strong>76 740</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(Montantes em EUR)

A rubrica Juros suportados respeita quase totalmente ao montante de juros, pagos em 2017, por conta do empréstimo de 2 750 000€ contraído junto do IGCP durante o ano de 2012, cujo saldo é de 300 000€ em 31 de
dezembro de 2016 (pago em 2017 o valor de 600 000€). Este empréstimo é remunerado à taxa anual de 2,00%, vencendo-se a última prestação em 15 de maio de 2018.

Na rubrica Provisões por aplicações financeiras estão registadas as perdas relacionadas com a não da participação financeira na Azores Parque.

Em Outros custos compreende na sua totalidade as despesas bancárias debitadas por comissões por cobrança de receita e por pagamentos.

Em Rendimento de imóveis estão registadas as rendas obtidas com alojamento de alunos.

Os juros de mora cobrados aos alunos pelos atrasos nos pagamentos de propinas e outros serviços estão em Outros proveitos.

8.2.38 – Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários tiveram a decomposição que se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código das contas</th>
<th>Rubrica</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>694</td>
<td>Custos e perdas</td>
<td>289</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>695</td>
<td>Perdas em immobilizações</td>
<td>1 184</td>
<td>734</td>
</tr>
<tr>
<td>696</td>
<td>Multas e penalidades</td>
<td>210 000</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>697</td>
<td>Aumentos de amortizações e provisões</td>
<td>7 523</td>
<td>93 769</td>
</tr>
<tr>
<td>698</td>
<td>Correções relativas a exercícios anteriores</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Outros custos e perdas extraordinárias</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Resultados extraordinários</td>
<td>602 007</td>
<td>1 293 556</td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                  |                                        |       |       |
|                  |                                        | 821 006 | 1 388 059|

(Montantes em EUR)

Relativamente às contas de custos temos:

Na rubrica Aumentos de amortizações e provisões, apresentam-se os montantes relativos ao reforço da provisão de propinas de alunos de anos anteriores, bem como de riscos e encargos de anos anteriores.
Relativamente às contas de proveitos temos:

Na rubrica Redução de amortizações e provisões, apresentam-se os montantes, previamente provisionados, de clientes, propinas recuperadas relativas a dívidas de alunos de anos anteriores, bem como a reversão da provisão para riscos e encargos, relativos aos processos em contencioso.

A rubrica Correções relativas a exercícios anteriores tem no seu saldo, principalmente, o reconhecimento de proveitos de anos anteriores, bem como a regularização de excesso de estimativa de custos em anos anteriores.

A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários regista basicamente os proveitos do exercício relativo a subsídios ao investimento por contrapartida da 274 representando, em 2017, o montante de subsídios ao investimento reconhecido ascendeu a 517 207€.

8.2.39 – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Nesta nota inclui-se a informação adicional que se entende necessária para a compreensão das demonstrações financeiras, de forma que as mesmas possam refletir adequadamente a posição orçamental, econômica e financeira da UAc, o resultado das suas operações e a execução do respetivo orçamento. Chamamos a atenção para os seguintes pontos:

1. Os Custos diferidos incluem as despesas pagas em 2017 a diferir para 2018 no valor de 20 117€.

2. Na rubrica Remunerações a liquidar, está registado o montante relativo a remunerações e encargos referentes ao subsídio de férias e ao mês de férias a ser liquidado no ano de 2018 (2 407 397€).

3. Em acréscimos de custos, estão associados à aquisição de bens e serviços, cujas faturas apenas deram entrada nos serviços em 2018, no montante de 43 756€.
4. Os Proveitos diferidos integram: a) Os proveitos respeitantes ao projeto Erasmus entre outros (134 763€); b) Os proveitos relativos a propinas (1 794 364€); c) Os proveitos resultantes de transferências do Orçamento do Estado e de outras entidades consideradas subsídios ao investimento que serão reconhecidos aquando da amortização dos bens que, para os quais foram recebidos (34 821 293€).

5. Não existe utilização do período complementar.

Abril de 2018

O Conselho de Gestão

[Assinaturas]